

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

11
Abril
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

COMO FOI A AÇÃO



FURTO DE ARMAS NO FÓRUM DEMOROU 6H30

Crime foi planejado com pelo menos um mês de antecedência

GLACIERI CARRARETTO
gcarrareto@redgazeta.com.br

A ação de criminosos para furtar mais de 150 armas do Fórum da Serra durou seis horas e meia, em Serra-Sede, na Serra. Durante esse tempo, os bandidos conseguiram abrir um buraco na parede do depósito de armas apreendidas que fazem parte de processos que tramitam na 1ª Vara Criminal do município. Segundo a Polícia Civil, o furto foi arquitetado há pelo menos um mês.

O plano começou a ser tramado depois que os bandidos procuraram o caseiro de um cerimonial de festas que fica ao lado do depósito de armas do fórum. No dia 20 de março, um homem, que se identificou como Alexandre, depositou na conta do cerimonial o a quantia de R\$ 350 que correspondia ao aluguel.

O homem disse que usaria o espaço para realizar um almoço de casamento. No domingo, Alexandre chegou ao local às 8h30, acompanhado de um comparsa. Eles receberam do caseiro as chaves do cerimonial de festas para utilizar o espaço conforme o combinado.

“Os suspeitos montaram uma estrutura de lona, uma espécie de barraca, junto à parede do depósito que limitava com o terreno do cerimonial. Assim, abriram o buraco sem



Buraco na parede do cerimonial usado pelos criminosos para furtar armas de dentro do fórum foi fechado

chamar a atenção de quem passava”, pontuou o delegado Fabiano Rosa, da Divisão de Segurança Patrimonial, onde o caso está sendo investigado.

Após conseguir quebrar a parede, os criminosos tiraram de dentro do depósito pelo menos 150 armas. “Uma das testemunhas ouvidas descreve que, por volta das 11 horas, ouviu músicas em som alto, fato costumeiro no cerimonial, mas que acreditamos que tenha sido para esconder o barulho da quebra da parede do depósito”, detalhou Fabiano Rosa.

SOM ALTO

“Uma das testemunhas ouviu músicas em som alto, fato costumeiro no local, mas que acreditamos que tenha sido para esconder o barulho da quebra da parede”

FABIANO ROSA
DELEGADO

Por volta das 15 horas, o caseiro do cerimonial passou no local e percebeu que não havia convidados ou mesmo bebida no local.

Ao questionar sobre a lona, os suspeitos disseram que se tratava de uma surpresa para a noiva. O caseiro, então, saiu para guardar a moto dele. Ao retornar, os envolvidos não estavam mais no cerimonial. Nesse momento, o caseiro percebeu lajotas novas na parede e que o fórum havia sido invadido. Ele acionou os seguranças patrimoniais do prédio do Fórum, que posteriormente entraram em contato com o juiz diretor.

O número preciso de armas, e os tipos de calibre de cada uma, levadas ainda não foi computado pelo fórum,

mas há a possibilidade de ser ainda maior que 150. Todas as armas do depósito estavam sob a tutela da 1ª Vara Criminal de Serra, cujo o titular é juiz Alexandre Farina. O juiz também é Diretor do Fórum da Serra e não descarta que pessoas com informações privilegiadas tenham envolvimento no furto das armas da unidade.

A Polícia Civil também reforça essa hipótese e considera a existência de mais de indivíduos no momento da ação, além dos dois vistos pelo caseiro.

CONTINUA pág. 13

ANÁLISE

“A segurança teve falhas graves”

“Houve falhas graves na segurança do Fórum da Serra. Não se guarda armas em uma sala que faz divisa com o vizinho sem que as paredes sejam blindadas. O local teria que ter sensores para identificar movimento, principalmente para a noite e para os casos de entrada de pessoas fora do horário de expediente. Um alarme teria sido acionado. E onde estavam as câmeras que não registraram a situação na parte de trás do imóvel? E a segurança patrimonial, a polícia? Pelo visto, o local não atende às normas mínimas de segurança exigidas pelo exército até para lojas de armamentos. E onde estava a segurança patrimonial? E, ao contrário da segurança do fórum, os bandidos mapearam o local, analisaram a segurança, planejaram e realizaram o roubo. Pode ter tido a participação de funcionários, mas isto não descarta as falhas internas na segurança que foram cometidas.”

JORGE ARAGÃO
ESPECIALISTA E GESTOR EM SEGURANÇA

ROUBO DE ARMAS

Todos são suspeitos, até servidores

Diretor de fórum acredita que responsável por ação teve informações privilegiadas

de **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br

Diretor do Fórum da Serra, o juiz Alexandre Farina não descarta que pessoas com informações privilegiadas tenham envolvimento no furto das armas da unidade, ocorrido na tarde de domingo, em Serra-Sede, na Serra. "Todo mundo passa a ser suspeito, porque existem informações privilegiadas", assinalou.

A ponderação vem do fato, segundo o juiz, de que poucos sabiam que naquele prédio ficava a sala de armas. "A notícia de que as armas estavam em uma sala que fica ao lado desse imóvel só foi reverberada agora. Ninguém sabia desse fato. Se você perguntar a qualquer pessoa na rua se tem arma no fórum, ela pode achar que tem. Mas di-

recionar o local, saber com exatidão onde estava arma, acredito que não", assinalou Farina.

Além de diretor do fórum ele também atua na 1ª Vara Criminal da Serra. Ressalta ainda que o número de bandidos que participaram da ação não foi identificado.

Ele soube do furto na tarde de domingo, pelo setor de vigilância do fórum. Ao chegar na unidade, o juiz encontrou com o caseiro responsável pelo

imóvel e então foi informado que o local havia sido alugado para um almoço de noivado.

Desconfiado dos motivos da festa não ter acontecido, segundo o juiz, o caseiro viu o buraco na parede por onde os criminosos passaram. "Ele chegou a questionar as pessoas, mas, momentos depois, não encontrou mais ninguém no imóvel e percebeu que o fórum havia sido invadido", relatou Farina.

Na avaliação do juiz, é preciso saber o que houve para que os bandidos tivessem acesso ao exato local das armas. "Isso nos causa uma estranheza porque a ação foi muito direcionada. Tão direcionada que as armas seriam entregues para destruição, no Exército, na próxima quarta-feira. Estamos aguardando as investigações da Polícia Civil, e espero lograr êxito em prender esses elementos ou o elemento", acrescentou.

SURPRESA

"A notícia de que as armas estavam em uma sala que fica ao lado desse imóvel só foi reverberada agora. Ninguém sabia desse fato"

ALEXANDRE FARINA
DIRETOR DO FÓRUM

BERNARDO COUTINHO



Caseiro alugou o cerimonial para criminosos que invadiram Fórum da Serra

ASSUSTADO

"NEM DORMI À NOITE. TAMBÉM SOU VÍTIMA"

Caseiro
42 anos

« O caseiro, um homem de 42 anos, que pediu para não ser identificado, contou que utiliza o imóvel que fica ao lado da sala das armas há três anos, e que não sabia que havia armas no local. **Como funciona o cerimonial?**

Eu cuido da casa do deputado federal e da mulher dele, que fica ao lado do imóvel. Moro aqui há uns seis anos, e arrendei o imóvel há três. Desde então alugo o espaço para estacionamento, durante a semana, e para eventos, nos finais de semana.

Em que momento desconfiou dos bandidos? Comecei a achar estranho quando não vi ninguém lá, e tinha uma tenda envolvida por uma lona preta escondendo um buraco

na parede. Eu vi o buraco porque entrei na tenda. Perguntei o que era e eles falaram que era uma decoração, uma surpresa para a noiva.

Quando percebeu que o fórum havia sido invadido?

Quando vi lajotas novas no buraco. Então achei que tinham invadido o fórum e acionei o segurança. Não sabia que guardavam armas no local. Fiquei assustado com isso, nem dormi à noite. Eu também sou vítima.

ATAQUE AO FÓRUM DA SERRA

Especialistas sugerem sala blindada para guardar arma

Câmera e sensor também são sugeridos para vigiar armamento em prédios da Justiça. Juiz diz que ação na Serra "foi ousada"

Simony Giuberti
Leone Oliveira
Felipe Pacheco

Especialistas em segurança sugerem que salas blindadas sejam criadas dentro dos fóruns para guardar armas apreendidas em operações e flagrantes que fazem parte de processos criminais.

Na tarde do último domingo, criminosos roubaram pelo menos 150 armas de uma sala do Fórum Desembargador João Manuel de Carvalho, em Serra-Sede, na Serra. Os bandidos roubaram o armamento abrindo um buraco na parede de um cerimonial e outro na sala do fórum.

"Foi uma ação ousada, com privilégio de informações e bem arquitetada", definiu o diretor do Fórum e juiz da 1ª Vara Criminal do município, Alexandre Farina.

Para inibir ações como essa, o especialista em segurança pública e privada Jorge Lordello sugeriu que sejam feitos investimentos em segurança para a guarda de armas nos fóruns.

"Acredito que os fóruns deveriam ter uma sala blindada para a guarda desse material. Reforçar as paredes com chapas de aço balístico. Fazer uma sala totalmente fechada sem janelas, apenas com uma porta blindada e com um sensor eletrônico de abertura e um alarme", defendeu o especialista.

Além disso, ele também sugeriu instalação de câmeras dentro da sala blindada.

O também especialista em segurança pública e privada Jorge Aragão acredita que houve falhas na segurança.

"A falha é sistêmica. Houve falha de gestão de segurança interna grande, onde não foi feita uma análise de risco, plano de contingenciamento e um projeto para dar garantia que as armas não fossem roubadas", avaliou.

No entanto, o diretor do fórum garantiu que não houve fragilidade do sistema de segurança.

"São armas que são apreendidas em operações, prisões em flagrantes. De variados calibres e a quantidade exata ainda não sabemos. Não houve fragilidade na segurança, pois foi uma coisa muito direcionada. Foi uma coisa pontual e não acredito que acontecerá outros arrombamentos", destacou Farina.

Segundo ele, as armas seriam entregues ao Exército, amanhã, para serem destruídas e todos podem ser considerados suspeitos.



BURACO NA PAREDE do Fórum da Serra, por onde bandidos passaram, segundo o juiz Alexandre Farina (destaque)

CASEIRO DO CERIMONIAL

"Estou com consciência tranquila"

Um caseiro, de 42 anos, que alugou o espaço para um dos bandidos que invadiu o Fórum da Serra e roubou 150 armas, conversou com a reportagem de A Tribuna.

A TRIBUNA - Há quanto tempo o senhor arrendou esse espaço?

CASEIRO - Há uns três anos. Durante a semana ele funciona como estacionamento e nos finais de semana eu alugo para festas.

> Quando teve contato com o bandido que alugou o espaço?

Foi há uns 15 dias. Ele chegou sozinho e bem arrumado. Falou que o nome dele era Alexandre e que queria o espaço para um al-

moço de noivado. Ele pagou a quantia de R\$ 350. Marcou a data para ontem (domingo).

> E quando o senhor teve contato com ele de novo?

Ontem (domingo) de manhã, ele veio sozinho pegar a chave. No meio da tarde, às 14h45, eu voltei e vi que não tinha muito movimento no cerimonial.

Entre por outro portão e me deparei com uma tenda. Estavam o rapaz que alugou o espaço e um outro. Eu vi um reboco na parede e perguntei o que significava aquilo.

> E o que eles responderam?

Falaram que tudo fazia parte de

uma surpresa para a noiva. Achei estranho, sai do local, guardei minha moto que estava na rua e voltei. Mas eles já tinham ido embora. Tirei o reboco e vi que eles tinham colocado tijolos no local. Eu sabia que aquele buraco daria acesso ao fórum, mas não fazia ideia de que havia armas lá.

> E o que o senhor fez?

Avisei para a segurança do fórum e ele avisou ao diretor e acionou a polícia. Fiz a minha parte comuniquei a quem tinha que comunicar e estou com a consciência tranquila. Sou uma vítima também, assim como o fórum.

Munição foi levada, diz delegado

O roubo das armas de uma sala do Fórum Desembargador João Manuel de Carvalho, em Serra-Sede, na Serra, é investigado pela Delegacia de Segurança Patrimonial (DSP) e não está descartada a hipótese de participação de servidores no crime, segundo o titular da DSP, delegado Fabiano Rosa.

"Não está descartada devido a precisão. Se não funcionários, pessoas que frequentam o fórum", revelou o delegado, que acredita que munições também foram levadas.

Segundo ele, algumas testemunhas foram ouvidas ontem, entre elas o caseiro do cerimonial.

De acordo com Rosa, o caseiro

disse que alugou o espaço para um almoço de noivado por R\$ 350, mas o contrato foi apenas verbal com uma pessoa que se identificou como Alexandre.

"Identificamos em qual agência bancária na Serra foi feito o depósito", disse o titular da DSP.

Já um dos vigilantes, disse em depoimento à polícia que por volta das 11 horas, do domingo, ouviu um som de música alta vindo do cerimonial, mas não ouviu barulho de quebra de paredes.

"Pelo que o caseiro falou, o plano dos bandidos era abrir o buraco, pegar as armas, fechá-lo, pintar a parede e ir embora, como se não tivesse acontecido nada. Quando o caseiro chegou, eles já estavam fechando o buraco", disse Rosa.

A ação para roubar as armas durou cerca de 7h30 e os bandidos fugiram num carro.



DELEGADO FABIANO ROSA revelou que ação de bandidos durou 7h30 e que munições podem ter sido levadas. Não está descartada a participação de servidores do fórum

Conselho Nacional de Justiça diz que armas não devem ser guardadas em fóruns

Armas de crimes devem ser guardadas no Exército.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/bom-dia-es/videos/v/conselho-nacional-de-justica-diz-que-armas-nao-devem-ser-guardadas-em-foruns/5792406/>

Juíza decide liberar 4 presos por articular nova paralisação da PM no ES

Decisão foi divulgada na tarde desta segunda-feira (10). Todos passarão a usar tornozeleiras eletrônicas.

Quatro pessoas que foram presas por articulação de nova paralisação da Polícia Militar no Espírito Santo serão liberadas, segundo decisão da juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, divulgada na tarde desta segunda-feira (10). Todos passarão a usar tornozeleiras eletrônicas.

As prisões preventivas haviam sido decretadas após a realização da operação "Protocolo Fantasma". Serão liberados Ângela Souza Santos (esposa do PM Wellington), Cláudia Gonçalves Bispo (mãe do soldado Bispo), o ex-PM Walter Matias Gomes e o policial militar Leonardo Fernandes Nascimento.

De acordo com a decisão, todos terão que usar tornozeleiras - à exceção do PM Leonardo -, e devem comparecer semanalmente em juízo. Estão ainda proibidos de ir ou visitar qualquer unidade da Polícia Militar, não podendo chegar nem a 200 metros de distância destes locais. Só o policial Leonardo que poderá ir até a unidade onde atua, mas não terá acesso às demais.

Os quatro também estão proibidos de manterem contato entre eles e com qualquer outro investigado, seja pessoalmente ou por qualquer outro meio de comunicação (telefone, redes sociais, Whatsapp); não poderão se ausentar das cidades onde moram, por mais de 24 horas - exceto com autorização da Justiça; e devem permanecer obrigatoriamente em suas casas no intervalo entre 20 horas e 6 horas.

De acordo com a juíza, a Secretaria de Justiça (Sejus) tem um prazo de dez dias para providenciar as tornozeleiras. Até que isto ocorra, caberá ao Comando da Polícia Militar garantir o cumprimento das exigências estipuladas pela Justiça estadual.

Em sua decisão a juíza aponta que foi alegado pela defesa dos acusados que o prazo para a apresentação das denúncias, pelo Ministério Público Estadual, não foi respeitado.

"Tendo sido os mandados de prisão preventiva cumpridos no dia 20 de março, o procedimento de investigação interno (PIC) deveria ter sido concluído até o dia 30 do mesmo mês e a denúncia oferecida até o último dia 4", assinala o texto, acrescentando: "Decorridos 22 (vinte e dois) dias do cumprimento da custódia preventiva, verifico que a prisão preventiva dos acusados pode ser substituída por outras medidas cautelares", diz a juíza.

O Ministério Público Estadual (MPE) assinala que não houve descumprimento do prazo e que as prisões preventivas solicitadas foram pedidas em uma situação de risco à ordem pública. Fato explicando em uma análise enviada à Justiça no último dia 4, informando que, após depoimentos colhidos nos últimos vinte dias, foi constatado a inibição do processo de novos bloqueios das unidades e, em decorrência disto, pedia a liberação dos detidos.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/juiza-decide-liberar-4-presos-por-articular-nova-paralisação-da-pm-no-es.ghtml>

PARALISAÇÃO DA PM JUSTIÇA LIBERA OS CABEÇAS DA GREVE

Líderes apontados por operação usarão tornozeleira eletrônica

4 VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Quatro pessoas que foram presas por estarem preparando uma nova greve dos policiais militares foram liberadas pela Justiça Estadual. Todas vão passar a usar tornozeleiras eletrônicas, segundo decisão da juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira. As prisões preventivas haviam sido decretadas após a realização da operação "Protocolo Fantasma".

Vão ser soltos Ângela Souza Santos, Cláudia Gonçalves Bispo, Walter Matias Gomes e o policial militar Leonardo Fernandes Nascimento. O único que não irá usar tornozeleira será o PM. Mas todos vão ter que comparecer semanalmente em Juízo.

RESTRICÇÕES

Estão ainda proibidos de se ir ou visitar qualquer unidade da PM, não podendo chegar nem a 200 metros de distância destes locais. Só o policial Leonardo que poderá ir até a unidade onde atua, mas não terá acesso às demais.

Vão estar ainda proibidos de manterem contato entre si e com qualquer outro investigado, seja pessoalmente ou por qualquer outro meio de comunicação (telefone, redes sociais, whatsapp). Também não poderão se ausentar das cidades onde moram e terão que permanecer em suas casas entre as 20h e as 6h.

De acordo com a juíza, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem um prazo de dez dias para providenciar as tornozeleiras. Até que isto ocorra caberá ao Comando da PM garantir o cumprimento das exigên-

QUEM SÃO ELES

ÂNGELA SOUZA SANTOS

▼ Liderança

É casada com o cabo Wellington dos Santos Alvarenga. Segundo as investigações, era uma das principais vozes ativas e de liderança do movimento grevista. E já preparava o bloqueio dos batalhões e unidades da PM, além dos acessos a Vitória, após a saída das tropas federais.

▼ Defesa - Quando foi detida, Ângela disse: "Isso aqui é uma vergonha. Virou ditadura dentro do Estado. Nós somos livres. Eles não tinham nada para argumentar e me deram voz de prisão. Eles atropelaram todas as leis." **WALTER MATIAS LOPES**

WALTER MATIAS LOPES

▼ Liderança

As investigações apontam que ele, que é ex-PM, apoiou o movimento paredista, com auxílio material e articulação interna para coordenar e incentivar as ações criminosas, figurando, ao lado de Ângela, como uma das principais lideranças do movimento. É casado com Izabela Renata Andrade Costa, também presa por ocultação de provas.

▼ Defesa Seu advogado, Jodemir Silva, disse: "O movimento era horizontal e difuso e organizado por elas. O que ele fez foi, em alguns momentos, atuar como mediador, tentando ajudar as partes a entrarem em um acordo". Acrescentou que as conversas interceptadas não mostram o contexto dos diálogos.

CLAUDIA GONÇALVES BISPO

▼ Articulação

Mãe do soldado Bispo, agiu na articulação do movimento pelo Estado,



FOTOS: BERNARDO COUTINHO

Acima, Ângela Souza Santos e Walter Matias, apontados como liderança da greve. Abaixo, Cláudia Bispo, braço direito dos dois, e Leonardo Fernandes, que é PM



incitando e organizando a retomada das ações para o bloqueio de batalhões do interior. Sua ação objetiva, apontam as investigações, era obter capital político. É membro do PSDB Mulher.

▼ Defesa - Quando foi presa, disse: "Isso tudo é uma jogada política para destruir o movimento. Na minha casa chegaram às 6h da manhã, pularam o

muro, fizeram como se tivessem entrando na casa de bandido, confiscaram tudo, desarrumaram tudo. Isso é um desvio de função, pegando mãe de família. Não é nada mais que uma jogada política". **LEONARDO FERNANDES NASCIMENTO**

▼ Segurança

É um policial militar da ativa. Foi preso por sua participação ativa na

organização da nova greve. Segundo a investigação, ele realizava a segurança das reuniões do movimento de mulheres e familiares. E, para isto, utilizava viatura da corporação e faziam as ações fardado e no horário de trabalho.

▼ Defesa - "Ele jamais orientou qualquer tipo de conduta que seja ilegal", disse seu advogado, Vitor Abreu.

cias estipuladas pela juíza. A Sejus diz que vai dar a resposta dentro do prazo.

Em sua decisão ela aponta que foi alegado pela defesa dos acusados que o prazo para a apresentação das denúncias, pelo Ministério Público Estadual (MPE), não foi respeitado. Elas tinham que ter sido oferecidas até o último dia 30. "Decorridos 22 dias do cumprimento da custódia preventiva, verifico que a prisão preventiva dos acusados pode ser substituída por outras medidas cautelares", diz a juíza.

RESPOSTA

O MPE, assinala que não houve descumprimento do prazo e que as prisões foram pedidas em uma situação de risco à ordem pública. Em documento enviado à Justiça no último dia 4, informam que, após depoimentos colhidos, foi constatado a inibição de novos bloqueios das unidades da PM. "Não mais se vislumbra risco à ordem pública suficiente a justificar a manutenção da prisão preventiva dos investigados", diz o MPE.

Eles não descartam a adoção de novas medidas se houver riscos à ordem pública. Adiantaram ainda que estão sendo analisados os dados dos aparelhos eletrônicos recolhidos e que, em trinta dias será feita uma denúncia à Justiça estadual.

Os detidos foram acusados pela suposta prática dos delitos de associação criminosa, atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, apologia de fato criminoso, motim/revolta, ameaças a autoridades, dentre outros crimes, como a intenção de desaparecer com as evidências que poderia incriminá-los.

Tornozeleiras vão vigiar suspeitos de greve da PM

A Justiça decidiu conceder, na tarde de ontem, liberdade provisória a quatro investigados por participar da greve da Polícia Militar. Tornozeleiras eletrônicas serão usadas para monitorar os acusados. O grupo foi preso no dia 20 de março, na operação Protocolo Fantasma.

A decisão é da juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Vitória. Ela acatou o pedido da defesa que alegou "excesso de prazo na prisão preventiva".

Passam a cumprir prisão domiciliar Ângela Souza Santos; Cláudia Gonçalves Bispo; Walter Matias Gomes - presidente da Associação dos Beneficiários da Polícia e Bombeiros do Estado. A exceção é o soldado da PM Leonardo Fernandes Nascimento, que deve retornar a sua unidade de trabalho.

A juíza determinou as seguintes medidas: comparecimento semanal em juízo para informar suas atividades; proibição de acesso a unidades da PM, com distância mínima de 200 metros, com exceção do soldado Leonardo, apenas em relação à unidade onde está lotado.

Há proibição de manterem contato entre si e com outros investigados, pessoalmente ou por meio de comunicação. Estão proibidos de se ausentarem dos municípios em que residem e/ou trabalham, por mais de 24 horas, sem autorização judicial.

Também devem ficar em casa das 20 horas às 6 horas. Tornozeleiras eletrônicas irão monitorar os acusados, exceto Leonardo, que será monitorado pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues.

A Secretaria de Estado da Justiça informou que "o processo de licitação para escolha da empresa que vai fornecer as tornozeleiras está em fase final e que a decisão da Justiça prevê 10 dias para a instalação do equipamento após soltura dos presos."

O Ministério Público afirma que deu parecer pela liberação, após a oitiva dos envolvidos e que a denúncia será oferecida em breve.

Força Nacional fica por mais 30 dias

A Força Nacional vai ficar por mais 30 dias no Estado. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

A prorrogação da permanência da Força, segundo a publicação, serve para ajudar "na recuperação da ordem pública, através do policiamento ostensivo, abrangendo todo o território do ente federado". A decisão da União veio após um pedido realizado pelo governador do Estado, Paulo Hartung. A permanência foi prorrogada pela quarta vez.



RODRIGO GAVRIAT

FELIPE OSÓRIO diz que acionou a Justiça por se sentir lesado como cidadão e motorista que trafega pela BR-262

Ação para exigir manutenção na 262

Advogado entrou com processo na Justiça Federal para exigir limpeza e retirada do mato que cobre placas e invade pista na BR

Rayza Fontes
Weslei Radavelli

Placas de sinalização encobertas pela vegetação e o acostamento sendo invadido pelo matagal na BR-262, entre Viana e Pedra Azul deixaram o advogado Felipe Osório dos Santos indignado a ponto de acionar a Justiça Federal, em uma ação popular, pedindo que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) retire a vegetação da pista com urgência.

"A ação pede a limpeza e a manutenção da BR-262, porque em

muitos trechos não conseguimos, por exemplo, ver as placas de sinalização ou ter acesso ao acostamento. Pagamos impostos, taxas de conservação, mas convivemos com o descaso e o descuido de uma rodovia importante, que liga a capital a um cartão-postal do Estado que é Pedra Azul", explicou o advogado.

Para o autor da ação, o índice de acidentes no local poderia diminuir, caso os trechos fossem melhores conservados e a vegetação não invadisse a pista e cobrisse as placas.

"É uma estrada muito sinuosa e com a sinalização coberta pela vegetação o perigo aumenta muito. O índice de acidentes no trecho é altíssimo e com certeza a falta de cuidado contribui para os acidentes", afirmou Osório.

Caso seja concedida a liminar, que foi protocolada na última sexta-feira na 5ª Vara da Justiça Federal, o Dnit terá um prazo de 72 ho-

ras para iniciar a limpeza da pista. Se o prazo não for cumprido, será cobrada uma multa no valor de R\$ 100 mil.

"A multa, caso seja acatada pelo juiz e o órgão em questão não cumpra o prazo, vai ser inteiramente direcionada a uma instituição de caridade. Não estou pedindo compensação financeira, quero que a rodovia seja cuidada."

Embora seja advogado, Felipe Osório contou que entrou com a ação por se sentir lesado como cidadão e motorista que trafega constantemente pela via.

"O objetivo da ação popular é o bem comum. Não estou agindo como advogado, mas como um cidadão indignado que enxerga um problema grande que poderia ser solucionado de maneira simples. Até a aplicação de um herbicida, somente às margens, de forma controlada, eliminaria o problema de forma barata e sem agredir o meio ambiente", concluiu Osório.

FLAGRANTES NA RODOVIA

FOTOS: DIVULGAÇÃO



PLACA indicando ultrapassagem proibida parcialmente encoberta pela vegetação à beira da rodovia, no trecho que liga Viana a Pedra Azul, próximo ao quilômetro 87 da BR-262.

"O TRECHO da BR-262 que corta o Estado está em completo estado de abandono com acostamento em péssimas condições e a vegetação tomando conta das margens", diz a ação.



VEGETAÇÃO à margem da rodovia cresce ao ponto de encobrir uma placa que sinaliza uma curva em trecho da BR-262.



ACOSTAMENTO parcialmente invadido pela vegetação, que também compromete a visibilidade de placas de sinalização indicando trecho de ultrapassagem proibida na BR-262.

O OUTRO LADO

Dnit não se manifestou

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), réu do processo e responsável pela BR-262, foi procurado por telefone, às 16h40 de ontem, e também por e-mail, no mesmo horário. Entre-

tanto, até as 21h30, não havia respondido aos questionamentos feitos pela reportagem, que perguntou se o órgão já havia sido notificado e se iria se posicionar sobre a ação na Justiça.

VITÓRIA

Justiça determina que grupos saiam de terrenos

Decisão ordena a reintegração de posse de área ocupada por 700 famílias

▲ Cerca de 700 famílias que ocupam uma área entre os bairros Universitário e Grande Vitória, na Capital, foram ordenadas, pela Justiça, a deixar o local. A reintegração de posse é motivada pela reclamação de donos de dois terrenos que alegam que suas propriedades

foram invadidas.

Segundo o tenente Anthony, da Polícia Militar, que foi ao local ontem, os ocupantes foram avisados de que precisam deixar o local, conforme ordem judicial. Além disso, de acordo com o oficial, a Polícia Militar começou um trabalho de mapeamento das pessoas que estão no terreno. Não há previsão para uma operação policial na área.

Os ocupantes alegam



MARCELO PREST - 04/04/2017

Famílias se instalaram no local e dividiram espaço de área em Vitória

que não estão dentro das áreas reclamadas por proprietários a que se referem os dois mandados de reintegração de posse, mas que vão sair pacificamente se for comprovado que se instalaram em propriedade particular.

Mas Anthony afirma que as famílias estão dentro dos terrenos reclamados pelos proprietários e que, por isso, precisam deixar a região. (Rafael de Barros)

Mesmo com liminar, famílias não desocupam terreno

Apesar da Justiça ter ordenado que as mais de 500 famílias que ocupam uma área entre os bairros Universitário e Grande Vitória, na capital, saiam do local, elas permanecem no terreno.

Agentes da Companhia Independente de Missões Especiais da Polícia Militar estiveram no local na manhã de ontem conversando com lideranças do movimento e acompanhando o oficial de Justiça na entrega da liminar determinando a desocupação.

“Recebemos a liminar, mas temos um tempo para tentar derrubá-la. Amanhã (hoje), vamos ter reunião com a Defensoria Pública para saber o que podemos fazer”,



ANTONIO MOREIRA - 10/04/2017

OCUPAÇÃO de terreno em Vitória

explicou o porta-voz do movimento, Vicente Mendes Filho.

O oficial Anthony Moraes Costa, responsável pelo planejamento da ação para garantir a desocupação, explicou que reunirá o máximo de homens do efetivo especializado para apoiar o cumprimento do mandado. “Se o juiz não revogar a ordem que está vigente hoje, a operação vai acontecer provavelmente ainda neste mês.”

Um dos donos do terreno disse que paga os impostos em dia e que os ocupantes têm de sair.

A dona de casa e ocupante Maria das Graças da Silva, 59, afirma que vai esperar, pois segundo ela a esperança ainda existe.

APOIO À SEGURANÇA

Força Nacional fica no Estado por mais 30 dias

« A presença da Força Nacional de Segurança Pública no Espírito Santo foi prorrogada pela quarta vez desde a chegada da tropa ao Estado. Uma nova decisão publicada no Diário Oficial da União de ontem estende a permanência por mais 30 dias.

A decisão atende a pedido do governo do Estado. Pela portaria, assinada pelo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, a Força Nacional de Segurança é autorizada a seguir atuando em ações de segurança pública, em apoio ao governo capixaba.

O foco é auxiliar na recuperação da ordem pública, através do policiamento ostensivo, abrangendo todo o Espírito Santo.

O número de profissionais a serem disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a opera-

EFETIVO

287**soldados da Força**

Esse foi o número que chegou ao Estado em fevereiro. Parte já foi embora.

ção obedece ao planejamento definido pelo governo. O prazo do apoio prestado pela Força ainda pode ser prorrogado, se necessário.

A Força Nacional de Segurança chegou no início de fevereiro, devido à crise instaurada na segurança pública,

provocada pelo movimento que tirou os policiais militares das ruas por 22 dias.

As equipes, compostas por policiais militares de diversos Estados, atuaram, inicialmente, em conjunto com soldados das Forças Armadas. Depois, os trabalhos seguiram em parceria com a Polícia Militar do Espírito Santo.

Ministério da Justiça estende permanência da Força Nacional no ES por mais 30 dias

Decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (10). Esta é a 4ª vez que o prazo de permanência é prorrogado.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública estendeu por mais 30 dias a permanência da Força Nacional de Segurança Pública no Espírito Santo. Esta é a 4ª vez que o prazo é prorrogado. A decisão atende a um pedido do governo do estado e foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (10).

Pela portaria, assinada pelo ministro Osmar Serraglio, a Força Nacional é autorizada a seguir atuando em ações de segurança pública, em apoio ao governo capixaba. O foco é auxiliar na recuperação da ordem pública, através do policiamento ostensivo, abrangendo todo o estado.

O número de profissionais a serem disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a operação obedece ao planejamento definido pelo governo do estado. O prazo do apoio prestado pela Força pode ser novamente prorrogado, se necessário.

A Força Nacional reforça a segurança nas ruas de Vitória e de outras cidades desde 6 de fevereiro. As equipes, compostas por policiais militares de diversos estados, atuaram, inicialmente, em conjunto com soldados das Forças Armadas. Depois, os trabalhos seguiram em parceria com a Polícia Militar do estado.



SESSÃO onde foi aprovada emenda. Hoje, apoio a CPIs não pode ser retirado após requerimento ser protocolado

Manobra para evitar CPI vai para Justiça

Sergio Majeski quer suspender emenda que permite tirar assinatura de pedido para abrir Comissão Parlamentar para investigar Cesan

Caio Miranda

O deputado Sergio Majeski (PSDB) entrou, ontem, com um pedido de liminar no Tribunal de Justiça do Estado para suspender uma emenda em seu Projeto de Resolução nº 49/2015.

O projeto que obriga a publicação das votações nominiais no site da Assembleia Legislativa, foi aprovado na quarta-feira com uma emenda de Gildevan Fernandes (PMDB), líder do governo.

A emenda permite aos parlamentares a retirada de suas assinaturas em pedidos de abertura de Comissão Parlamentar de Inqué-

rito (CPI) até antes da leitura no Plenário. Atualmente, eles não podem retirar o apoio depois de ser protocolado o requerimento.

Para Majeski, é uma manobra da base aliada do governo para impedir a abertura da CPI para apurar denúncias de irregularidades na Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), protocolada na última terça-feira pelo deputado Euclério Sampaio (PDT).

“A emenda não tem nada a ver com o meu projeto e o regimento da Casa é bem claro com isso. A interpretação tem que ser uma só, e não feita de acordo com os interesses do governo”, explicou.

Já Gildevan diz que as críticas são infundadas. “Não estamos falando de uma matéria que se refere à Saúde e que botaram uma emenda de Educação. É o mesmo regimento. O projeto dele muda um artigo (do regimento interno) e minha emenda, outro”, disse.

Na sessão de ontem, foi aprova-

da, por 16 votos a quatro, a redação final da emenda. Assim, a CPI da Cesan deverá ser derrubada antes mesmo de seu início. Euclério recolheu 10 assinaturas, o mínimo para abrir uma CPI na Casa.

Alguns parlamentares que assinaram o requerimento, como José Esmeraldo (PMDB), Gilsinho Lopes (PR) e Padre Honório (PT), estudam a retirada do apoio, que pode ser feito a partir de hoje.

Esmeraldo, que na semana passada disse que assinou sem ler sobre o que se tratava, disse que ainda não sabe o que fará, assim como Padre Honório. Gilsinho não garantiu retirar a assinatura, embora tenha afirmado que está propenso em fazê-lo.

Durante a sessão de ontem, Euclério Sampaio chamou a manobra de “emenda jabuti”. “É, no mínimo, esquisito esse movimento de barrar a CPI. E a emenda é igual jabuti em cima da árvore: ninguém sabe como foi colocada ali”, concluiu.

DECISÃO

TST: trabalho duas vezes na semana configura vínculo

Poucos dias de serviço não eliminariam direitos do trabalhador, defendem ministros

Uma faxineira que trabalhou duas vezes por semana, por dois anos, em uma loja de colchões teve o vínculo de emprego reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os ministros da 3ª Turma entenderam que, apesar de serem poucos dias de trabalho, isso não seria suficiente para tirar os direitos dessa mulher como empregada da empresa.

A situação é diferente, no entanto, das diaristas que atuam em residências. Hoje, a Lei das Domésticas estabelece que é necessária a contratação quando essa profissional trabalha por mais de três vezes na semana numa mesma residência.

No caso da faxineira, entre fevereiro de 2005 e setembro de 2007, ela recebia salário mensal pelo

serviço prestado, uma função bem diferente das diaristas, que recebem por cada trabalho realizado.

Segundo o advogado trabalhista Victor Passos Costa, a Justiça do Trabalho considera basicamente três requisitos para a configurar se a pessoa tem direito à carteira assinada ou não: pessoalidade, assiduidade e subordinação. “No caso da decisão do TST, os ministros entenderam que havia subordinação e pessoalidade. Além disso, um empregado não precisa trabalhar todos os dias para ser considerado funcionário. O que importa é se ele tem uma frequência regular”, explica. O que agravou, segundo ele, é que a faxineira atuava nos mesmos dias da semana, de forma fixa. Não era uma diária ocasional.

“A prestação de serviços de faxina em estabelecimento comercial, com pessoalidade, subordinação e onerosidade, configura vínculo



Carteira de trabalho: tribunal reconheceu direitos

de emprego, nos termos do artigo 3º da CLT, na medida em que a caracterização da não eventualidade não pode ser obstada pela natureza intermitente da prestação habitual dos serviços”, afirmou o ministro

Alexandre Angra Belmonte, relator do caso.

DOMÉSTICAS

Na faxina doméstica, mesmo com dois dias de trabalho, se houver subordinação, o profissional

REGULARIDADE

“Um empregado não precisa trabalhar todos os dias para ser considerado funcionário. O que importa é se ele tem uma frequência regular”

VICTOR PASSOS COSTA
ADVOGADO TRABALHISTA

também pode ter direito à carteira assinada. De qualquer forma, o caso da faxineira indenizada destoa um pouco desse cenário.

Para a advogada Edjanice Marcelino, a decisão está em conformidade com o artigo 3º da CLT, tendo em vista que a faxineira realizou trabalho ligado à atividade econômica da empresa, de forma não eventual, com subordinação, pessoalidade e recebendo salário fixo mensal.

AEROPORTO

Licitação de terminal de cargas está suspensa

O processo licitatório de concessão para operar o terminal de cargas no Aeroporto de Vitória está suspenso por determinação da Justiça Federal de Brasília. A decisão liminar da juíza Solange Salgado obriga que não seja feita a convocação da empresa vencedora para assinatura do contrato, por conta de possíveis irregularidades na licitação.

A ação que levou à suspensão do processo licitatório aponta que há falhas na concorrência pública, como prazo inadequado, já que entre os dias 10 e 27 de março houve a publicação do edital, julgamento de proposta, homologação do resultado e adjudicação da concessão. O prazo mínimo deveria ser de 30 dias. A ação aponta que a licitação não obedeceu ao princípio da ampla publicidade, frustrando a concorrência. A Infraero informou que o assunto está sendo analisado pelo Ministério dos Transportes. A empresa que venceu a licitação não foi localizada.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Servidoras em comissão terão licença- maternidade

As servidoras que ocupam cargos em comissão na administração direta do Estado também serão beneficiadas com o período de licença-maternidade de 180 dias. Hoje o governo envia à Assembleia Legislativa a proposta de emenda que modifica o Regime Jurídico Único dos Servidores. O benefício só era assegurado às funcionárias que ocupavam cargos efetivos.

PAÍS EM CRISE



COMPARATIVO

Para Sindipúblicos, média das remunerações não é a realidade

Sindicato diz que vencimentos de Judiciário e Legislativo elevam média salarial

Os altos salários de algumas categorias, como do Judiciário e Legislativo, são responsáveis por inflar os ganhos mensais dos servidores do Estado, causando uma média irreal, segundo o presidente do Sindicato dos Servidores (Sindipúblicos), Haylson de Oliveira.

Ele diz que as comparações entre as remunerações da iniciativa privada e do funcionalismo estadual são injustas. “Não dá para tirar média comparando servidor do Executivo com o do Poder Judiciário. Nem com a alta cúpula do Legislativo. Como colocar na mesma conta, tratar como igual quem é diferente”, diz ao questionar a metodologia do Ipea.

De acordo com o sindi-

calista, mais de 60% dos servidores estaduais têm salários entre R\$ 2 mil e R\$ 2,5 mil mensais. “O que move o Estado são esses profissionais, como enfermeiros que têm, em média, essa renda. Até porque não temos 20 mil juizes no Estado, nem 20 mil desembargadores”, critica.

Oliveira diz que o discurso contra os vencimentos dos servidores é falso. “Estamos caminhando para o terceiro ano sem qualquer reajuste. Essa conta vem no sentido de desqualificar o servidor”.

Para o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Régis Mattos Teixeira, a remuneração médias dos servidores do Espírito Santo, de R\$ 6.100, segundo estudo do Ipea, é fruto de alguns fatores.

“Como o tamanho da economia em relação à



Previdência: secretário defende reforma para garantir aposentadorias futuras

nossa população, o histórico de formação do quadro de servidores e os reajustes ao longo dos anos e o grau de formação dos servidores públicos, que, em geral, têm mais instru-

ção do que os trabalhadores da iniciativa privada”.

Mattos cita que a natureza das atividades desempenhadas pelos funcionários públicos como, por exemplo, na saúde, na educação

e na segurança pública, demandam formação superior, o que também contribui para a diferença entre as remunerações da iniciativa pública e privada.

“A maioria das carreiras

exige nível superior, o que por si só representa um salário maior. E, além disso, a remuneração de servidores de outros poderes puxam essa média para cima”, avalia.

REFORMA

Sobre o crescimento dos gastos com a folha de pagamentos dos inativos, como mostra o levantamento do Ipea, o secretário diz que esse é um problema estrutural da Previdência do país e que já está no limite.

“Se não fizermos a reforma da Previdência, não teremos dinheiro para pagar os atuais e os futuros aposentados. Mas é fundamental que a reforma respeite alguns pontos, como estabelecer a idade mínima de aposentadoria, estabelecer uma regra de transição e respeitar os direitos adquiridos”.

ARQUIVO

Estado tem o 5º maior salário para servidores

Com média mensal de R\$ 6.100, o Espírito Santo fica atrás de Amapá, Distrito Federal, Santa Catarina e Mato Grosso no País

Luciana Almeida

Em muitos estados brasileiros, os salários médios dos servidores da ativa subiram acima da variação dos ganhos no setor privado em nove anos. No Espírito Santo, a alta foi de 33,6%, entre 2006 e 2015, a terceira maior na região Sudeste.

O Estado tem a quinta maior média salarial do funcionalismo público, de R\$ 6.100, e fica atrás apenas do Amapá (R\$ 8.800), Distrito Federal (R\$ 8.700), Santa Catarina (R\$ 7 mil) e Mato Grosso (R\$ 6.800).

Na média nacional (26 estados e Distrito Federal), o salário do funcionalismo público aumentou 50%, passando de R\$ 3.600 para R\$ 5.300, no período, de acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Já a renda média do trabalhador brasileiro de empresas privadas cresceu 21%, passando de R\$ 1.535 para R\$ 1.866.

Segundo o Ipea, esses aumentos reais para os servidores ativos e inativos são uma das principais causas para o salto no déficit nas previdências estaduais. Pelos cálculos do instituto, o rombo nas contas pelo País chegou a R\$ 77,4 bi.

Para o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Regis Mattos Teixeira, não apenas o estudo realizado pelo Ipea, mas outras pesquisas sobre salários do funcionalismo no Estado realizados por outras instituições mostram que as remunerações dos servidores do Espírito Santo são compatíveis

com o que se pratica no restante do País.

Segundo ele, ao contrário de outros estados em que as finanças estão descontroladas, o Espírito Santo tem mantido os pagamentos dos servidores e fornecedores em dia, dentro dos limites da arrecadação.

Ele explicou que as contas do Estado estão sob alerta do Tribunal de Contas, mas que há avaliações constantes, planejamento e responsabilidade fiscal para manter as contas em dia. Não há previsão para reajuste dos salários dos servidores.

“Qualquer debate sobre concessão de benefícios salariais deve ser feito considerando a arrecadação do Estado. Vamos continuar avaliando quadrimestralmente a arrecadação e fazendo debates com os servidores. Trabalhamos com planejamento e responsabilidade fiscal, que nos permite manter os pagamentos em dia, mas também ter espaço para investir em projetos voltados para a população.”



LEONE IGLESIAS - 08/05/21

“Trabalhamos com planejamento e responsabilidade fiscal, que nos permite manter pagamentos em dia”

Regis Mattos Teixeira, secretário de Estado de Economia e Planejamento

ENTENDA

Ranking dos salários dos servidores

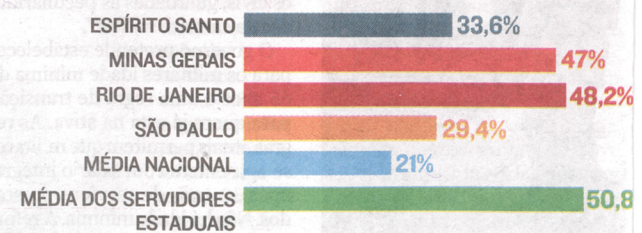
ESTADO	MÉDIA SALARIAL
1º Amapá	R\$ 8.800
2º Distrito Federal	R\$ 8.700
3º Santa Catarina	R\$ 7.000
4º Mato Grosso	R\$ 6.800
5º Espírito Santo	R\$ 6.100

MÉDIA NACIONAL: R\$ 5 mil

Outros salários do funcionalismo

ESTADO	MÉDIA SALARIAL
Mato Grosso do Sul	R\$ 6.000
Rio de Janeiro	R\$ 5.800
Paraná	R\$ 5.700
São Paulo	R\$ 5.400
Minas Gerais	R\$ 5.300
Rio Grande do Sul	R\$ 5.000
Maranhão	R\$ 4.900
Pernambuco	R\$ 4.800
Sergipe	R\$ 4.700

Variação dos salários Frente a 2006



Fonte: IBGE, dados da Rais, da Pnad e dos DRAAs